Na Assembleia Nacional

Continuação da 1.ª página

(vestuário e calçado), 190,6 (habitação), 171,6 (electricidade e combustíveis), 108,8 (artigos de higiene) e 122,5 (diversos).

Os números respeitantes a Abril e Maio de 1968 acentuam essa tendência progressiva através dos seguintes indicadores: 7,6 — 20,9 — 6,3 e 12,4, respectivamente nos sectores da alimentação, habitação, higiene e diversos. O índice geral passou, assim, de 100, em 1950-51, para 138,2, em Maio de 1967, 144,6 em Abril de 1968, e 146,6 em Maio do mesmo ano.

A avaliação destes aspectos é do seu conhecimento levou o mesmo deputado a referir a continuidade desse ritmo crescente do custo de vida nesta cidade onde, desde então, a carne de bovino e certos tipos de peixe sofreram substancial aumento e o peixe fresco é vendido a preços inacessíveis à maioria das bolsas. E pôs a comentar os efeitos dessa tendência nos orçamentos domésticos dos famílias portuguesas apontou a necessidade de que todos colaborem num esforço de estabilização de preços, de forma a permitir o planeamento normal dos empreendimentos e uma política social com variantes reais e efectivas para os trabalhadores.

A segunda parlamentar voltou a assenhorear-se sobrecarregada: para um mesmo assunto, as contas públicas, houve seis intervenções, encantando no período que antecede a ordem do dia, as inscreveram cinco deputados.

A Assembleia aprovou, por unanimidade, votos de pesar pela morte do presidente da Câmara Municipal do Porto, ocorrida num acidente de viação na estrada de Albergaria-a-Nova. Dois deputados desta cidade, o Dr. Elísio Pimenta e Sousa Magalhães, exaltaram esse desejo a que a Câmara aderiu, imediatamente.

O primeiro propunha-se, ontem mesmo, falar de estradas e, sobretudo, das estradas do Norte, e era seu propósito insistir porque se acelerasse a continuação da auto-estrada entre as duas grandes cidades, melhoramento indispensável para o desenvolvimento económico da região e, especialmente, para a segurança da vida e integridade dos que a utilizam.

«A providência concedeu mais um argumento para a justificação de palavras que me propusera referir. Antes não o tivesse dado. Hei-de, mesmo não vou, por agora, mais longe».

★ O «DIÁRIO DAS SESSÕES» ESTÁ COM MES E MEIO DE ATRASO

Sessenta e seis deputados estavam presentes no hemiciclo quando o vice-presidente, Pires Veloso, deu início aos trabalhos da sessão e anunciou ter sido distribuído pelos parlamentares o «Diário» do Parecer da Câmara Corporativa sobre os produtos da indústria de conserva. O texto era incompleto, em virtude da continuada ausência do «Diário das Sessões» e o facto levou-o a preparar o deputado Paulo Cancela de Abreu, ao indagar das razões da nova demora na distribuição do referido «Diário».

O último número distribuído diz respeito a 28 de Janeiro, isto é, se trados em mês e meio de atraso, com os inconvenientes da perda de oportunidade em muitos dos problemas ali debatidos. E acentuou: «Falta de pessoal? Excesso de trabalho? Quaisquer que sejam as razões, estou convencido de que, estando em curso uma reforma da Imprensa Nacional, brevemente estes lamentáveis atrasos deixarão de verificar-se, passando nós a dispor em casa ou aqui do «Diário das Sessões» a tempo e horas, por forma a não se perder a oportunidade dos assuntos tratados».

O vice-presidente, em exercício, proporcionou extenso esclarecimento para acentuar que também ele via com amargura a falta do «Diário das Sessões», pelo que ainda ontem, e momentos antes de abrir os trabalhos, mandara entregar uma carta no Ministério do Interior, solicitando urgentes providências.

★ TESTEMUNHANDO O PESAR PELA MORTE DO PRESIDENTE DA CAMARA DO PORTO

No período que antecedeu a «Ordem do dia», no termos do regimento, o Sr. Soares de Fonseca concedeu, depois, a palavra aos deputados Elísio Pimenta e Sousa Magalhães para referirem o seu pesar pelo brutal acidente que roubou a vida do presidente da Câmara do Porto.

Em primeiro, o deputado Armando Cândido (Ponte Delgada) pediu a suspensão total das barreiras alfandegárias entre as Ilhas do Arquipélago dos Açores e a supressão dos direitos e taxas que oneram os géneros de primeira necessidade e os materiais de construção de uso corrente, habitualmente importados.

Seguiu-se o deputado Teófilo Pereira (Beja) para agradecer a criação de zonas de Turismo coincidentes com as áreas concelhias de Beja e de Serpa e referir que a existência de estradas e caminhos-de-ferro desencadeados e ineficientes, não aconselha a estruturação de uma política de valorização turística.

★ A REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS PELA REFORMA ADMINISTRATIVA

O deputado Peres Claro falou de «casos de gente humilde, da mesa andrajosa, de crianças, como diria o cronista da «Lisboa Medieval». Começou pelos continuos das escolas «que são dos seus vencimentos cada vez mais desproporcionados» e sugeriu:

— Decerto, só em revisão geral de vencimentos, pela reforma administrativa que se anuncia, as injustiças existentes poderão ser atenuadas, mas não se pode negar, como tem acontecido noutras classes de funcionalismo, criar uma nova categoria, de perfeito no que se refere à vigilante, a qual subiriam os actuais continuos de 1.ª classe, extinguindo-se ao mesmo tempo os lugares de servente ou de auxiliares de limpeza. E solver também para a sua classe fosse possível instituir diuturnidades, pois também eles sofrem o desgaste que faz o lidar com rapaziada, perdendo a paciência para ganhar tantas horas de sturarem.

★ A SITUAÇÃO DOS GUARDAS-NOCTURNOS E DOS PESCADORES

O orador referiu, depois, a situação dos guardas-nocturnos. O deputado partiu do exemplo do guarda-nocturno da sua área. E disse:

— O meu guarda-nocturno é um homem sereno. Nas horas mortas da noite, ouço os seus passos e o seu «ó ora» velam pela gente do meu bairro. Quando me atardo e, sózinho atravesso a minha rua, dou-lhe sempre um dedo de conversa descuidada. Mas ele tem o seu problema e eu tenho-o por mim, uma noite destas, sabendo-me em fim de mandato. Vive das quotas que os habitantes da rua lhe pagam, mensalmente, a muito fé achacada. Gostaria de ver abrangido pelos Serviços Sociais da P.S.P., mesmo sem qualquer coisa. 1$500 a 20$00 por mês. Depois, o problema dos pescadores, nos guardas-nocturnos, que são, afinal, agentes de Polícia, com farda e pistola, em ronda permanente às horas de dormir. Não será realmente possível abranger-los pelos Serviços Sociais, dando-lhes o médico gratuito e os remédios mais baratos facilitando-lhes as cantinas e amparando-os na velhice?

A prosseguir, aquele deputado falou dos pescadores sem patrões, e disse que eles queriam falar que os trabalhadores de terra vão ter abono de família: eles também têm filhos e pagam imposto sobre o peixe que vendem e contribuem, parece, para a Casa dos Pescadores. Gostariam, também, de ter abono de família. Era dinheiro certo, mensal, de ajuda aos filhos. «Não têm patrão, é verdade, mas no esquema da nossa Previdência não poderá encontrar-se solução para o seu caso, mesmo que demorem para ou oriúnc mais regalias?».

★ OS FERROVIÁRIOS REFORMADOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE ENCONTRAM

Por fim, ocupou-se da situação dos ferroviários reformados da antiga rede do Estado, e acentuou:

«Queixam-se de que, contrariando uma igualdade estabelecida em 1955, desde 1961 que, na reforma, são tratados em pé de desigualdade com os que foram sempre e só da CP. Não faz o Estado destrinça entre uns e outros, como até ultimamente se viu com o aumento de 9 por cento mandado conceder a todos e quaisquer aposentados, mas subsiste a diferença de pensões, iniciada em 1961, com que se não conformam. Talvez o contrato colectivo em estudo possa corrigir uma situação, que perturba consideravelmente os que dela se queixam já da vida, a não ser a consideração pelo que nela fizeram».

O deputado Tito Livio Feijó foi o primeiro deputado a intervir, no debate sobre as Contas Públicas. Começou por referir a situação favorável das finanças e da economia da província, que transparece na «Conta», após críticas considerações, e quando atalhou os problemas da impostos, afirmou que, apesar de tudo, as actividades económicas não estavam em posição de suportarem mais, sem suportar os encargos tributários.

Assinalou o salto negativo da balança comercial, examinou a situação de algumas das culturas tradicionais da área industrial, em regime de tributação especial e quanto ao problema do transporte de bananas nos barcos da Sociedade Cleto, sugeriu que essas unidades sejam providas de instalações adequadas a esse transporte.

No domínio das receitas provenientes das taxas dos telegramas, revelou que essa fonte de receita desaparecerá, em breve, dado que a companhia que explorava o cabo submarino inglês terminou a sua actividade em Cabo Verde, o que viria, infelizmente, a ocasionar, o desemprego de algumas dezenas de pessoas.

O problema da emigração também mereceu ao deputado Tito Lívio Feijó as diversas considerações.

★ CRIAÇÃO DE ABUNDANTE REDE DE INICIATIVAS COOPERATIVISTAS

O deputado Sousa Magalhães (Porto), analisando as contas públicas, disse que a capitação do produto nacional bruto aos preços de consumo, atingiu, em 1967, a importância de 14 000 000$, a demonstrar o esforço em África. Para suportar as despesas militares impõe-se, segundo aquele deputado — «o máximo de investimentos em empresas reprodutivas, seleccionadas e agrupadas de forma a dar prioridade absoluta às de maior reprodutividade, evitando vãos projectos e desenvolvimentos fantasias individuais ou até colectivas».

«Uma cautelosa política económica no campo agrícola, política essa feita «via aos impostos tributários, no crédito, aos mercados, aos preços, aos preços, à promoção de indústrias integrantes e à educação das estruturas das empresas».

Ao analisar algumas das causas que impedem um mais eficiente desenvolvimento do sector agrário e a situação dos agricultores acentuou o autor:

— Já que da empresa de dimensões familiares dificilmente se tira o rendimento suficiente para o desenvolvimento vital de vida na respectiva família, «nem sequer independentemente dos agricultores e prestar-lhes a assistência técnica necessária para que criem uma abundante rede de iniciativas cooperativistas, pois só assim poderão vir a ser os protagonistas do desenvolvimento económico, do progresso social e da elevação cultural dos ambientes agrícolo-rurais.

★ RESULTADOS DOS FALSOS SÍMBOLOS DO ORGULHO NACIONAL

Referiu depois a política de desenvolvimento industrial, tecendo a propósito estas considerações:

— Grande parte dos erros cometidos no campo do desenvolvimento industrial deve-se ao facto de os Governos, muitas vezes, não se aperceberem que o que tem interesse económico num país rico e evoluído pode ser prejudicial, e muito, para um pobre e atrasado, e o que é essencial num determinado estádio de desenvolvimento pode ser prejudicial noutro.

«Mas... muitos projectos económicamente inadequados são postos em execução por motivos políticos ou por falsos símbolos do orgulho nacional, resultando daí semiprodutos caros e pouco rentáveis, e prejudicialmente todas as indústrias que os consomem.

«Ainda como medidas urgentes de política industrial: terminar o corador — importa orientar a localização das novas unidades de produção de harmonia com as directrizes de uma política regional assente num sistema de incentivos fiscais e outras facilidades em infra-estruturas e não em medidas de proibição do seu estabelecimento em zonas já industrializadas.

★ A PASSIVIDADE DA DIRECÇÃO DE ESTRADAS E A UTILIZAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO

Da actividade do Ministério das Obras Públicas, ocupou-se o deputado Sousa Magalhães (Aveiro). Chamou a atenção do Governo para a urgência de rever a posição tomada quanto à quase passividade de actuação da Direcção-Geral de Estradas e Transportes, nos últimos anos, naturalmente, mercê da falta de atribuição de verbas para o efeito. E referiu:

Considerou o binário Estado-Município que se tem feito, sem pedidos de estradas e caminhos municipais e afirmou que se devem atender, com prioridade, aos pedidos fundamentados das populações, tanto mais que a Direcção-Geral exige uma parte de co-participações nas despesas de instalação e conservação.

Referiu na esfera da acção do mesmo departamento governamental, disse que o porto de Aveiro, tal como do porto de Aveiro não cada vez em maior número, apesar de não ter em funcionamento o seu cais comercial. Propôs, por esse motivo, a definição de uma política portuária nacional com destaque para o porto de Aveiro, «pelas possibilidades já demonstradas e pelo seu papel de porto de apoio do principal porto do Norte do País, o de Leixões».

★ FACTORES DETERMINANTES DAS SUCESSIVAS CRISES DA LAVOURA

O deputado Nunes Mexia referiu a importância do sector agrário na vida do País, tradicional, pelo peso da sua incidência no produto interno bruto e na colaboração dada a certas indústrias transformadoras. Historiou as crises por que tem passado a Lavoura e as suas consequências. Fez uma análise da política agrícola nos últimos três anos e citou vários factores determinantes das crises em devida consideração no planeamento agrário. Falta de estabelecimentos de ensino nos meios rurais, comunicações e transportes, por enquanto ainda em entrave a o processo agrícola, melhoramentos rurais e crédito agrícola, sector em que se impõe — disse o orador — a sua rápida estruturação em novos moldes, porquanto, no momento presente, é um dos grandes obstáculos ao investimento na Agricultura.

★ DESIGUALDADE DE NÍVEL DE PROGRESSO ENTRE AS VÁRIAS REGIÕES DO PAÍS

A seguir, falou o deputado Ernesto de Lacerda (Leiria). Fez ragsado elogio das contas e do orçamento e ocupou-se do desenvolvimento regional para acentuar a desigualdade do nível de processo entre várias regiões do País. E aludiu ao seu distrito, para concluir:

«O distrito de Leiria, infelizmente, está-se entre os menos favorecidos não obstante as suas possibilidades, que urge aproveitar como merecem.»

O deputado Ortiz Pereira, foi o último orador a usar da palavra na sessão de ontem (apenas estavam presentes uns escassos vinte deputados). Tratou da formação do capital fixo pelo sector privado e perguntou se não seria possível fazer um apelo à iniciativa nacional para contribuir de uma maneira mais eficaz para o esforço em África.

Os trabalhos prosseguem na terça-feira, estando já inscritos nove deputados. Empenha-se que terminem a discussão das contas públicas. Mas as intervenções terão de ser mais reduzidas e dentro e vice-presidente em exercício.

CASA DE PESCADORES DE LISBOA

Dia a dia alfacinha

BRANDÃO? NÃO BRANDOA

De repente um vocábulo novo surgiu na Imprensa diária. Todos os dias nas gazetas há parangonas a duas colunas onde o novo termo figura impressionante, «Brandão»! Que é, quem é, o que é «Brandão?» «Brandão» aparecia nas entrevistas, tomando conhecimento dos inquéritos programados, analisando as decisões das autoridades camarárias, fica-se sabendo que «Brandão» é um bairro clandestino edificado na área administrativa do Município de Oeiras. Um bairro clandestino? Mas como é que se constrói, povoa, anima, um bairro clandestino com milhares de habitantes e centenas de edifícios, alguns de proporções quase gigantescas?

Eis o que se pergunta todos aqueles que diariamente tropeçam no termo «Brandão», o «Brandão» desconhecido. Por quê «Brandoa» e não «Brandão»? Porque, naturalmente, tratando-se de um bairro clandestino, convinha que o topónimo usado para ocultar o referido bairro fosse um vocábulo invulgar, um vocábulo novo. Aliás, como é que um bairro chamado «Brandão» havia de manter-se na clandestinidade? Pois «Brandão» não quer dizer tocha, grande círio, qualquer coisa que fulgura e ilumina? Um bairro clandestino chamado «Brandão» não poderia manter-se por muito tempo ignorado das autoridades. Assim, chamando-se-lhe «Brandoa», ficarem resolvidas duas circunstâncias problemáticas da sua clandestinidade. E só isso, essa subtileza semântica, explica o mistério da existência de um bairro às portas de Lisboa, povoado de alguns milhares de habitantes, possuidor de quase arranha-céus, desconhecido das autoridades locais?

Não tem esgotos, não tem ruas, não tem água canalisada, não tem absolutamente nada do que se considera indispensável para que um bairro exista e nele vivam milhares de pessoas? E verdade. Mas ele lá está, a dois passos da capital, camuflado sob um nome quase criptónimo, capaz que cobre anos e anos de irregularidades. Foi preciso que um desses arranha-céus, construídos de tudo menos de cimento, desabasse, para a capa cair e o «brandão» aparecer, rutilante, debaixo da «brandoa». E de crer que os dicionaristas passem a registar de seguida o novo termo «brandoa», significando o contrário de «brandão». Enquanto este é luz, aquele é sombra, enquanto um é legalidade, o outro é ilegalidade, enquanto o primeiro esclarece, o segundo entenebrece. — G. S.

OCORRÊNCIAS DIVERSAS

Dois feridos no choque entre um automóvel e uma camioneta

Nas imediações de Alcácer do Sal, um automóvel, conduzido pelo Sr. José Alexandre Gordalinho, de 12 anos, industrial, de Gândara dos Olivais, que se dirigia de Leiria para o Algarve, foi violentamente, contra uma camioneta de carga, quando esta ultrapassava outra, de pesado porte.

No acidente, ficaram feridos, além do condutor do carro, o engenheiro Manuel da Costa Menido Júnior, de 3 anos, também residente em Gândara dos Olivais, que se deslocava, ao serviço da indústria.

Foram ambos transportados numa ambulância, para o Hospital de S. José, onde ficaram internados, gravemente feridos.

No acidente, ficaram feridos, além do condutor do carro, o engenheiro Manuel da Costa Menido Júnior, de 3 anos, também residente em Gândara dos Olivais, que se deslocava, ao serviço da indústria.

Foram ambos transportados numa ambulância, para o Hospital de S. José, onde ficaram internados, gravemente feridos.

Socorrida, a vítima foi transportada para o Hospital de Santa Maria, numa ambulância dos bombeiros voluntários que aguardava, igualmente, a chegada das camelas da passagem de nível.

O agressor foi detido pela P.S.P.

Enfiado num elevador

Recolheu ao Hospital de S. José o aprendiz de electricista de elevadores Gonçalo Amadeu da Silva Baptista, de 14 anos, morador na Travessa da Arrochela, 46-1.º, D.to, o qual ficou enfiado num elevador quando trabalhava, numa montagem num prédio na Amadora, fica-mente muito contuso no tocaz e na bacia.

Trabalhador electrocutado em condições trágicas

Quando procedia a montagem de bidões, de uma camioneta para o vagão de um comboio estacionado em Sacavém, o operário Júlio Pereira Gonçalves, de 28 anos, residente na estrada do Forte do Duque, 16, estabeleceu contacto com a catenária da linha férrea e sofreu violenta descarga, que o atirou, mortalmente, para o corpo, carbonizado, do trabalhador, foi recolhido, após o cumprimento das formalidades legais, para o Instituto de Medicina Legal.

Atingida por água fervente

Foi conduzida para o Hospital de S. José, por ter sido atingida por água a ferver, na sua residência, que lhe resultou ter ficado muito queimada, a rapariga, Maria Do Céu Inácio Lourenço, de 15 meses, residente no Casal do Outeiro, Mafra.

Colhida por um automóvel

Muito contuso, recolheu ao Hospital de S. José, Maria Marques da Cunha, de 61 anos, domiciliada na Calçada da Pampulha, 27-2.º, a qual foi colhida, por um automóvel, na Avenida de Ceuta.

O governador civil de Santarém e presidentes de municípios reunidos com o subsecretário das Obras Públicas

O subsecretário de Estado das Obras Públicas teve uma reunião de trabalho com o governador civil de Santarém e os presidentes das Câmaras Municipais dos concelhos de Abrantes, Alcanena, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém; e recebeu os governador civil de Beja, com quem igualmente trabalhou sobre assuntos de interesse regional: presidente do Grupo de Trabalho de Política de Solos, da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica; secretário-geral da Junta de Colonização Interna; e Eng.º Pina Manique e Albuquerque, da Casa Regional da Beira-Douro.

«Conversa sobre Fantoches» no Laboratório de Engenharia Civil

Orientada por Francisco Esteves, que tem dedicado o melhor do seu tempo e inteligência do teatro de marionetas, efectua-se hoje, no centro de conferências do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, uma «Conversa sobre Fantoches», integrada no Ciclo Cultural da associação do pessoal do L.N.E.C.

Seguir-se-á um debate sobre Teatro, durante o qual Francisco Esteves se referirá à actividade da Casa da Comédia, de que é director-secretário.

AUDIÊNCIAS OFICIAIS

O ministro das Finanças recebeu os Drs. Joaquim Mendonça e Paulo Rodrigues, vice-governadores do Crédito Predial Português; deputado Eng.º Virgílio Cruz, administrador da Hidroelectrica do Douro; e Prof. Jean Deel, do Crédit Bank, do Luxemburgo.

O ministro do Ultramar recebeu, em audiência de trabalho, o secretário-geral da Província de Angola para a Educação, deputado Dr. Pinheiro Silva.

— Por seu turno, o ministro da Saúde trabalhou com o subsecretário de Estado do Orçamento, tendo recebido também em audiência o arquitecto René Tinlezat.

— O secretário de Estado da Indústria concedeu audiência ao Prof. José Sousa Dias, catedrático da Universidade de Madrid, acompanhado pelo Eng.º Luís Alvares Gonzalez.

— E o subsecretário de Estado das Obras Públicas trabalhou com o presidente do grupo de trabalho da Habitação e Urbanismo, da Comissão Interministerial do Planeamento e Integração Económica, e recebeu o deputado Rui Pontífice de Sousa e os Drs. Joaquim Ferreira, Augusto Araújo e João Pacheco.

O tratamento paula do produtos siderúrgicos deve ser sistemáticamente actualizado

— PARECER DA CAMARA CORPORATIVA

Foi publicado o parecer da Câmara Corporativa sobre uma proposta de lei de adiamento ao decreto de 1.º de Dezembro de 1966, estabelecendo novas formas de protecionismo pautal à Siderurgia Nacional, e que levantou acaloradas discussões e alamento, como oportunamente noticiámos.

O parecer recomenda a aprovação da proposta de lei, mas faz as seguintes considerações:

«Seria conveniente promover com a antecedência possível para que os utilizadores possam estabelecer programas em conformidade, a facilitação do pautal, com indicação das taxas a considerar, nos casos de ausência de importação do Ministério da Economia.

«Para reduzir o prazo necessário ao despacho aduaneiro das mercadorias cobertas com boletins de licenciamento de importação dimanados do Ministério da Economia, deve-se-ia constar a características, ou características pautais, mas em número limitado, cuja comprovação pela Alfândega se tornaria necessária para identificação das mercadorias».

COLÓQUIO SOBRE «POLÍTICA ECONÓMICA»

Alguns dos aspectos mais salientes da economia portuguesa foram abordados no Colóquio sobre «Política Económica», que decorreu na Sociedade Nacional de Belas Artes, sob o patrocínio do Centro Nacional de Cultura.

O próximo colóquio será dedicado à «Acção Cultural».

Presidência da República

O Chefe do Estado recebeu, ontem, em audiência, no Palácio de Belém, o ministro do Ultramar; embaixador do Brasil em Lisboa, Dr. Castro Fernandes, vice-presidente da Assembleia Nacional; António de Medeiros e Almeida, presidente da comissão executiva do Instituto Nacional de Estatística; brigadeiro Vítor Novais Gonçalves; José Manuel de Melo e, ainda, os conselhos de administração das Hidroelécticas do Douro e do Cávado.

FINANÇAS E DEFESA DISSERTAÇÃO PROFERIDA NO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

No prosseguimento do ciclo de conferências dedicado ao Curso de Altos Comandos do Instituto de Altos Estudos Militares, o Ministro do Ultramar, Prof. Teixeira Pinto, catedrático da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras, fez naquele estabelecimento, uma dissertação sobre «Finanças e Defesa».

Assistiram o director e professores do I.A.E.M. e os oficiais que frequentam o Curso de Altos Comandos e o Curso de Preparação do Oficial Superior e diversas individualidades civis e militares, nomeadamente os ministros do Exército e dos Negócios Estrangeiros; subsecretários de Estado do Exército e do Ultramar; Ultramarino; chefe e vice-chefe do Estado-Maior do Exército; Pereira Pinto Barbosa e Jacinto Nunes; quartel-mestre-general e ajudante-general do Exército, chefe militar de Lisboa, etc.

O director do Instituto apresentou o conferencista, que no fim de sua exposição manteve diálogo com os assistentes, que trouxeram esclarecimentos acerca de questões levantadas na exposição e aspectos versados pelo Prof. Teixeira Pinto.

ESTIVERAM REUNIDOS OS MEMBROS DA COMISSÃO EPISCOPAL DE MIGRAÇÕES

Nos últimos dias, encontraram-se os membros da Comissão Episcopal de Migrações, tendo estudado alguns assuntos ligados à sua área, este vasto sector da vida da Igreja.

Foi estudada a participação na próxima reunião das comissões episcopais de migrações de Espanha, Franca, Itália e Portugal, a efectuar em Toulouse e na qual serão debatidos, entre outros, problemas relacionados com a «Livre circulação dos ministeriais» bem como a sua preparação e o trabalho pastoral, o trabalho apostólico de leigos e ainda a maneira de aproximar as verdadeiras problemas da «Pastoral» sobretudo no que se refere ao baptismo e matrimónio.

Atentamente se viu a situação dos nossos emigrantes no que diz respeito à assistência religiosa em alguns países, nomeadamente em Franca, tendo-se tomado algumas decisões quanto à forma de actuar e ao contacto a manter com a hierarquia desses países e a pastoral a ter na escolha dos missionários, decidindo a comissão enviar um documento aos prelados portugueses, fornecendo estes e outros problemas.

Foi decidido que se dará nomes concretos no sentido do fornecimento aos emigrantes do «bilhete de identidade do emigrante» específico.

A comissão tomou conhecimento dos planos que a preparação dos emigrantes e seu acolhimento nos países a que se destinam e das facilidades técnicas, a este propósito.

O director nacional falou da sua próxima visita em Abril, aos principais centros de portugueses na República da Africa do Sul, bem como do acolhimento dentro do qual a mesma decorrerá.

A Terra ainda treme — e tremerá...

● Em 1964 registaram-se quinhentas «réplicas» nos Açores

A fase de reajustamento da crosta terrestre, fracturada devido ao sismo de 28 de Fevereiro, deverá prolongar-se durante algum tempo, cuja prazo limite é imprevisível.

Constatou-se, durante, a registar-se «réplicas» de fraca intensidade, a exemplo do que se observou, anteontem, às 20h24, na sequência de alguns outros, já referidos.

O fenómeno é absolutamente natural, após um tremor de terra violento como foi o de dia 28, e inserem-se na evolução tectónica e sísmica pós-sísmica. Não há, pois, motivo para alarmes, mas, sim, para que explicações e que seria de recear, porquanto isso significaria que o processo de comodidade ou não perturbação da crosta afectada ainda não teria começado.

Não deixa de ser oportuno acentuar, para tranquilidade dos leitores, que, após a grande crise sísmica que afectou os Açores, de dia 28 de Fevereiro de 1964, a qual culminou com orientíssimo abalo do grau 8, se registaram, posteriormente, quinhentas «réplicas» naquele Arquipélago.

O PRÓXIMO ACTO ELEITORAL

O governador civil de Lisboa, prosseguiu as suas visitas a freguesias da capital, a fim de se inteirar das condições em que funcionam as comissões do recenseamento eleitoral, tendo-se deslocado às freguesias de Alvalade, São João de Brito e Campolide.

ESPECTÁCULOS PARA HOJE

TEATROS — Monumental — «Quando Ela se Despiu; Trindade — «Saia Feira»; Capitólio — «Tangos; Vasco Santana — «Noite de Verão»; Avenida — «Ó Meu Querido Mentiroso; Villaret — «A Preguiça»; **ABC** — «Elas E que Sabem».

CINEMAS — Maximo — «O Vale do Aroo Iris»; São Luis e Alvalade — «A Semente do Diabo»; S. Jorge — «O Grande Motim»; Teatro Odeon — «Viva Django»; Europa — «A Revolta dos Gladiadores»; Avis — «Ritmo de Aventura»; Condes e Roma — «O Desafio das Aguias»; Tivoli — «Jogo Perverso»; Estúdio 444 — «Resgate Humano»; Eden — «A Maior Balada do Mundo»; Império — «Romeu e Julieta»; Estúdio — «A Palavra»; Mundial — «O Doce Corpo de Deborah»; Politeama — «O Rancho da Injustiça»; Olimpia — «A Justiça do Gringo» e «Operação Poker»; Colisen — «A Noite Z Perversa».

ANSIEDADE NA AVENIDA INFANTE SANTO

ONDE O FOGO LAVRAVA NO INTERIOR DUM ESCRITÓRIO NUM 6.º ANDAR

● Entregues às autoridades dois frixoles usados para transporte de explosivos

Dois funcionários duma empresa nacional com várias associadas, uma das quais tem a sede no 6.º piso do prédio n.º 76 da Avenida Infante Santo, conseguiram, com a ajuda prestada por dois homens mais de expediente, obstar a destruição, pelo fogo, do escritório onde um deles desempenha funções de chefia.

O incêndio, prontamente debelado por pessoal do B.S.B. e dos Voluntários de Campo de Ourique, causou compreensível apreensão aos inquilinos de dois andares, também várias empresas, porque num dos pisos — o imediatamente inferior àquele onde se chamas se manifestaram — é a sede de uma sociedade de explosivos, e da qual o comandante do B.S.B. mandou retirar e entregar à P.S.P. dois caixotes, nos quais se lia, por fora a expressão «Transportes Terrestres e da C. P.

Apresentado pelo Eng.º Guimarães Lobato, presidente do conselho directivo do G. E. P. T. T., o conferente, depois de ter esquematizado a situação dos transportes no mundo, examinou os problemas emergentes da dualidade entre os transportes ferroviários e rodoviários, salientando a dualidade entre os encargos que sobre eles impendem.

Ao considerar o caso particular do nosso país, disse que a C. P. não escapava à regra geral e preconizou, o estudo, que deve ser feito, fundado nas hipóteses de desenvolvimento da economia e no conhecimento dos custos dos diversos tipos de transportes.

Mais precisamente, no que respeita aos Caminhos-de-Ferro, observou que eles deveriam fazer face às necessidades do tráfego sem prejuízos de valor vultoso exceptuando, todavia, os sectores de Lisboa e Porto, que exigem, no contexto, uma consideráveis, como o demonstram os estudos já realizados pelo G. E. P. T.

A finalizar, declarou que tanto o Estado como a C. P. têm à sua frente importante trabalho a realizar, a qual conduzirá, progressivamente, à um melhor desfrutio financeiro dos Caminhos-de-Ferro.

ENCALHE DE UM BARCO FLUVIAL DEVIDO AO NEVOEIRO

● TRÊS AVIÕES NÃO PUDERAM ATERRAR NO AEROPORTO

O nevoeiro que, durante a madrugada, caiu sobre a região de Lisboa provocou, no Tejo, um acidente cujas consequências se limitaram, felizmente, a pequeno contratempo na vida das pessoas por ele afectadas.

A ocorrência registou-se cerca das 7h45, quando o navio fluvial «Flecha», que faxia a ligação Lisboa-Montijo, encalhou na ponta situada perto do Rosarinho, tendo ficado encravado no lodo. Os trinta passageiros que seguiam a bordo nada sofreram, tendo sido conduzidos para terra em pequenas embarcações, aproveitando a preia-mar, o «Flecha» desencalhou, horas depois, pelos seus meios, sem ter sido necessário o seu reboque.

Os estragos no escritório são, relativamente, pequenos, pois, além de algumas deteriorações provocadas pela água, as chamas só consumiram documentação ali existente.

DE PAÇO DE ARCOS A LISBOA EM CORRIDA VERTIGINOSA

A portaria do imóvel — Maria Antónia dos Santos — disse-nos que, ao descer do 7.º piso, ouviu uma estouros e notara muito calor, mas só a presença dos bombeiros lhe dera conhecimento da existência do fogo.

Chegados ao local, após a noite de um centro de diagnóstico — Maria Cândida dos Santos Matos — teve conhecimento da ocorrência, à chegada dos bombeiros.

Cerca de uma hora depois do início do incêndio compareceram no local os três sócios-gerentes duma firma alemã de importações, que moram em Paço de Arcos e acorreram à sede da empresa, porque receiam que ocasionar grave incidente provocado pela existência de explosivos no prédio.

As chamas mandadas retirar pelo comandante do B.S.B., coronel Rogério Canaado, da sede da empresa de explosivos foram transportadas, com as necessárias cautelas, por pessoal daquele batalhão, que as colocou numa carrinha da 4.ª divisão da P. S. P., e foram entregues a cargo da Secção de Lisboa da corporação, onde irão ser analisadas.

80 HOMENS COMBATERAM O FOGO

O sinistro foi combatido por cerca de 60 homens, que trouxeram para o 2.º companhias e companhia de reforço do B.S.B.

Transportados em 15 viaturas, e com os quais colaboraram duas dezenas de voluntários da Campo de Ourique, um dos quais, Luís Cândido Ferreira, foi mesmo transportado para o serviço de reanimação do seu hospital por apresentar indícios de intoxicação.

Os trabalhos de extinção do fogo foram dirigidos pelo comandante do B.S.B. que se encontrava acompanhado pelo 2.º comandante e adjunto-técnico e chefe do Estado-Maior.

O policiamento da zona — onde se juntaram dezenas de centenas de populares para observar o ataque ao incêndio, os quais foram contidos à distância — esteve a cargo da Secção de Intervenção da 4.ª divisão da P.S.P.

O imóvel pertence a uma sociedade constituída pelo Eng.º Rangel de Lima, Manuel dos Santos e Narciso dos Santos.

Desconhecem-se, ainda, as causas do incêndio.

Prémio Prof. Bento Carqueja para os dois melhores alunos da Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis

Destinado a distinguir, perpétuamente, em cada ano, os dois melhores alunos da Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis, a casa daquela comarca em Lisboa tomou a iniciativa de constituir um capital pecuniário cujo rendimento viesse a ser aplicado na concessão do Prémio Prof. Bento Carqueja.

Angariadas na sede e demais freguesias do concelho, assim como entre os conterrâneos residentes na capital e noutros pontos do País, a importância de 40.000$00, entregue ontem, sob cheque, ao director-geral do Ensino Técnico Profissional, Dr. Carlos Proença de Almeida.

Para o efeito, compareceram no seu gabinete do Ministério da Educação, em representação da Casa da Comarca de Oliveira de Azeméis, os Drs. Culdidio Alegria e Alberto Araújo, respectivamente, presidente e secretário do mesmo, presidente da Direcção, Alberto da Silva Marques, secretário, e Artur Marques de Barros e Joaquim Pinho de Matos.

Na breve audiência recordou-se a figura notável do Prof. Bento Carqueja, cuja memória foram proferido palavras de louvor pela iniciativa daquela agremiação regionalista de instituir um prémio escolar com o seu nome.

O CINQUENTENÁRIO LITERÁRIO DE ASSIS ESPERANÇA

Uma comissão de escritores está a elaborar o programa das comemorações do cinquentenário da obra literária de Assis Esperança — programa que será oportunamente divulgado.

Da comissão fazem parte os escritores Fernando de Castro, Matilde Rosa Araújo, Alvaro Salema, Maria Pimentel Montenegro, Roberto Nobre, Manuela Montenegro e Alexandre Cabral.

Perigoso incendiário continua a fazer distúrbios na vila de Cascais

Dezenas de distúrbios, tradutóres por outras tantas prisões, tornaram tristemente conhecido em Cascais Luís Manuel Joaquim Simões. Tem 24 anos e é um doente mental.

Próximo perigoso, acha sempre da mesma maneira, primeiro, assalta uma transeunte e, mais tarde, larga-o a qualquer residência ou mais.

Chamado a cumprir o serviço militar, arabou por ser licenciado, depois de passar na prisão a maior parte do tempo, que não completou, de incorporação. Mal regressou a Cascais, voltou à sua prática favorita: na quarta-feira assaltou uma senhora na via pública, a horas mais cedo, introduziu-se numa moradia pertencente ao Hospital de S. José, depois de estudado, ao nível ministerial, o projecto a apresentar, continuando aquele estabelecimento a servir, como até agora, para os serviços de urgência.

Projecta-se a construção de um vasto bloco operatório no Hospital de S. José

De harmonia com as reuniões de trabalho em que tenham parte os ministros da Saúde e das Obras Públicas, depois da visita que aquelles membros do Governo efectuaram, há dias, ao Hospital de S. José, onde o número de 24 de Fevereiro causou graves perturbações, com a ruptura de fendas e queda de estuque nos tectos e paredes, e ocasionou o encerramento de várias enfermarias e a transferência de doentes para outros locais, está a proceder-se ao estudo de grandes alterações a introduzir no mais antigo e belo hospital.

Está também a proceder-se ao estudo do projecto circunstanciado das modificações a introduzir no antigo hospital, que deverão ser efectuar no curto prazo de 10 dias, o adjunto-técnico do hospital, Fernando-mor dos H.C.L., Drs. Lima dos Neves e Carlos George, respectivamente, os quais se ocupam, actualmente, de missão de que foram encarregados.

Prevê-se a construção de um vasto bloco operatório, com diversas salas, sistema usual noutros países e mais conseniânco com os modernos processos cirúrgicos.

Tudo leva a crer que seja essa a mais importante alteração a realizar no Hospital de S. José, depois de estudado, ao nível ministerial, o projecto a apresentar, continuando aquele estabelecimento a servir, como até agora, para os serviços de urgência.

Município de Oeiras

O governador civ